



Turismo e multiterritorialidades no litoral norte do Rio Grande do Sul: olhares locais e inteligência territorial contemporânea

Solange Murta Barros¹
Anelise Graciele Rambo²
Ricardo Sampaio Dagnino³

Recebido em: 19-05-2025

Aceito em: 15-08-2025

Resumo

O turismo pode ser requalificado como fator de desestruturação para instrumento de fortalecimento identitário e coesão social, ainda que não seja uma tarefa fácil, desde que concebido de forma integrada à inteligência territorial. O objetivo desse artigo é analisar criticamente o turismo à luz das transformações ocorridas durante e após a pandemia de covid-19, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com ênfase no município de Imbé. Com base na perspectiva teórica e metodológica da abordagem territorial, o estudo de caso examina as conexões entre turismo, desenvolvimento regional-local e as territorialidades vividas pelos residentes permanentes. A escuta desses e a observação das dinâmicas locais permitiram evidenciar a relevância do turismo de segunda residência e o surgimento de novas formas de apropriação e uso do território, marcadas pela multiterritorialidade. O estudo oferece uma visão de como as tensões entre visitantes e moradores se intensificaram no contexto pandêmico, trazendo à tona conflitos de pertencimento, pressão sobre os serviços públicos e disputas simbólicas e materiais pelo espaço urbano, sem, no entanto, transformar simpatias recíprocas alicerçadas em proximidades culturais e de origem em antagonismo.

Palavras-chave: Turismo de segunda residência; Inteligência Territorial; Multiterritorialidade; Desenvolvimento regional-local; Pós-pandemia.

Tourism and multiterritorialities on the northern coast of Rio Grande do Sul: local perspectives and contemporary territorial intelligence

Abstract

Tourism can be requalified from a factor of disruption to an instrument of identity strengthening and social cohesion, although this is not an easy task, provided it is conceived in an integrated manner with territorial intelligence. The aim of this article is to critically analyze tourism, in light of the transformations that occurred during and after the covid-19 pandemic, on the North Coast of Rio Grande do Sul, with an emphasis on the municipality of Imbé. Based on the theoretical and methodological perspective of the territorial approach, the case study examines the connections between tourism, local-regional development, and the territorialities experienced by permanent residents. Listening to them and observing local dynamics made it possible to evidence the relevance of second home tourism and the advent of new forms of appropriation and use of territory, characterized by multiterritoriality. The study offers an insight into how the conflicts between visitors and residents have intensified in the pandemic context, bringing to light conflicts of belonging, pressure on public services, and symbolic and material disputes over urban space, without, however, transforming mutual affinities, rooted upon cultural and origin proximity, into antagonism.

Keywords: Second home tourism; Territorial intelligence; Multiterritoriality; Local-regional development; Post pandemic.

¹ Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDREDES-UFRGS). solmurta@gmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PPGDREDES) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). anelise.rambo@ufrgs.br

³ Doutorado em Demografia (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PPGDREDES) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ricardo.dagnino@ufrgs.br

1 Introdução

A inteligência territorial, expressão contemporânea que reconhece o saber estratégico das comunidades sobre o seu espaço, abrangendo o compartilhamento de informações, valores, hábitos e modos de vida, é um tipo de conhecimento situado que respeita a cultura e o contexto espaço temporal que se tornou essencial para a organização regional e o planejamento do turismo (Bertacchini, 2004; Bregolin; Bortolotto; Frizzo, 2022; Dumas, 2004; Girardot, 2004; Herbaux, 2004).

A busca por compreender os aspectos de inteligência territorial que conectam o turismo e o desenvolvimento regional-local, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), especialmente em Imbé, motivou esta pesquisa, impulsionada por um projeto pessoal de mudança de residência após a aposentadoria. A experiência da autora com o isolamento social durante a pandemia de covid-19 despertou um olhar crítico para as dinâmicas territoriais da região, interpretadas como reflexo de um experimento social e econômico involuntário com repercussões significativas, tanto no turismo nacional, quanto no internacional.

As respostas locais à pandemia de covid-19 tiveram forte impacto no cenário do início da pesquisa, afetando profundamente as dinâmicas social e sanitária do LNRS. A região enfrentou, entre junho e dezembro de 2020, um período crítico, com hospitais lotados, alta mortalidade e imposição preventiva de medidas de isolamento domiciliar à população. Esse cenário era agravado por uma estrutura hospitalar acanhada, com poucos leitos intensivos e dependência de pequenos municípios da rede hospitalar de municípios vizinhos ou da capital do estado, e pela ausência de vacinas e protocolos consolidados, gerando um clima de pânico e colapso dos serviços de saúde, mesmo em áreas com curva de contágio mais contida, em comparação ao restante do país.

Com o avanço da vacinação e a permissão para acesso livre às praias, a circulação de turistas voltou a crescer, especialmente no verão de 2021-2022. Esse retorno foi marcado por novas ondas de contágio, apesar da menor gravidade clínica dos casos. Ainda assim, a sobrecarga dos serviços públicos e a exaustão de trabalhadores essenciais, como os guarda-vidas, refletiram os efeitos prolongados da crise sanitária sobre o cotidiano e a infraestrutura dos municípios costeiros.

O setor turístico sofreu perdas significativas durante o isolamento, com a paralisação de atividades como hospedagem, eventos e entretenimento. Pequenos empreendedores e trabalhadores informais foram os mais atingidos. Nos municípios litorâneos brasileiros em geral,

onde o turismo representa fonte vital de arrecadação, a retração econômica acentuou a dependência de subsídios governamentais. Paradoxalmente, o LNRS manteve um fluxo turístico ativo, baseado em centros emissores domésticos e do próprio estado, mesmo durante a pandemia, gerando tensões entre residentes e veranistas, sobretudo pela percepção de desrespeito às restrições sanitárias e pela sobrecarga dos serviços locais.

Esse fluxo contínuo de visitantes, antes restrito ao verão, passou a se distribuir ao longo do ano, favorecido por fatores como o teletrabalho, a paralização escolar em regime presencial tradicional e a busca por ambientes mais abertos e saudáveis. Imbé, com sua predominância de casas com quintais, tornou-se um destino atrativo para estadias prolongadas e abrigo seguro para os mais idosos e famílias com crianças. Por outro lado, o suporte econômico por benefícios assistenciais, a intensificação do nomadismo digital e do ensino a distância, também colaboraram para a presença mais constante de não residentes em idade econômica ativa, muitos dos quais já demonstravam vínculos afetivos ou históricos com a região.

Observa-se que não é absoluto o argumento de que apenas a existência de vias rápidas e eficientes de comunicação e de acesso rodoviário do LNRS com a Região Metropolitana de Porto Alegre, além das ligações com a Serra Gaúcha, expliquem por si só essa anomalia do padrão de hospitalidade. Isso ocorreu, notadamente, em áreas urbanas dotadas de segundas residências espraiadas horizontalmente, como é o caso de Imbé/RS, que teve como atrativo adicional à proximidade marítima uma conformação de casas com amplos quintais e jardins, espaços considerados salubres, em contraste com o apinhamento em condomínios fechados e apartamentos da estrutura vertical de alta densidade habitacional prevalente nos municípios praianos vizinhos. Existe ainda a possibilidade consistente de que casas de temporada tenham se transformado em refúgios para estadias prolongadas, adotantes de regimes de trabalho em casa e de educação à distância, replicando o chamado nomadismo digital, documentado em sítios turísticos internacionais (Hermann; Paris, 2020). E, ainda, que beneficiários de programas assistenciais compensatórios, em idade ocupacional ativa, tenham se somado ao movimento pré-existente, já relatado por Lopes, Ruiz e Anjos (2018), de aposentados e idosos que vêm deixando de ser turistas cíclicos, firmando domicílio no LN.

Os estudos de Strohaecker (2007), Claussen (2013), Reis (2015) e Ramos (2016) sobre a variação demográfica no LN e em Imbé mostram que houve duplicação da população de Imbé, entre os anos de 1991 e 2010, superior à média de outros municípios não litorâneos da

Aglomeraco Urbana do Litoral Norte (AULINOR)¹, do RS, como um todo, e mesmo do Brasil no mesmo período, crescimento esse impulsionado pela emancipao e esforço de municipalizao administrativa².

Ainda que Imbé seja o menor município em área da AULINOR, esse crescimento continua em curso, mesmo que com menor acelerao, como podemos verificar pelos dados recentes dos Censos Geral Nacional e Socioeconmico Municipal de 2022 (IBGE, 2024; Imbé, 2022), o que lhe confere uma densidade populacional acima dos demais municípios dessa aglomerao. Por outro lado, também existe a uma grande mobilidade populacional, um fenômeno que correlaciona a sazonalidade com um contingente considerável de pessoas que, preferencialmente durante o verão, se dirigem para o litoral, ocupando casas de segunda residência construídas para este fim (domicílios de uso ocasional), residências alugadas ou emprestadas (domicílios vagos), ou, mais raramente, quartos de hotéis/de pousadas.

Uma parcela desse agrupamento populacional que manifesta um movimento pendular, frequente e mais ou menos regular, entre duas residências, mesmo que se identifique mais como moradores do que como turistas eventuais, não pode ser contabilizada, tecnicamente, como sendo parte da populao residente. Em análise de Zuanazzi e Bartels (2016), aqueles que permanecem no litoral norte, nos picos de feriados de Ano-Novo e Carnaval, embora residam a maior parte do tempo em outros municípios, foram considerados como populao flutuante e estimados em cerca de meio milhão de pessoas a mais do que a populao residente. Enquanto isso, um recorte desse mesmo estudo estimou uma populao flutuante média mensal de cerca de 40 mil pessoas em Imbé, número que corresponde ao dobro da populao residente estimada no mesmo mês, dezembro de 2015, com um aumento percentual de 196% da populao total.

Adicionalmente, mesmo que o fenômeno do turismo de base imobiliária e a construo de segundas residências, para uso próprio, empréstimo a familiares e amigos ou aluguel, tenham caracterizado o loteamento originário de Imbé, que veio a se espriar como modelo de urbanizao horizontal para outros balneários e bairros periféricos urbanos, o modo de ocupao dos domicílios, em si, vem se transformando de acordo com mudanças do padrão de sociabilidade (Baldraia, 2023; Barros; Souza, 2023; Bitencourt, 2018).

¹ A Aglomerao Urbana do Litoral Norte (AULINOR)  formada por 20 municípios: Imbé e mais nove municípios litorâneos – Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Palmares do Sul, Osório, Torres, Tramandaí e Xangri-l –; e ainda por outros dez municípios que não se limitam com o Oceano Atlântico – Capivari do Sul, Cara, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Trs Cachoeiras e Três Forquilhas (FNEM, 2018).

² Imbé foi distrito de Tramandaí/RS e  um dos municípios brasileiros de pequeno porte em área e populao criados pelo movimento de descentralizao administrativa orientado pela Constituio Federal (Brasil, 1988).

Se, até o final do último milênio, o uso contínuo de domicílios permanentes por famílias inteiras durante toda a temporada de verão (e, portanto, classificados como de uso ocasional) obedecia ao velho costume do “veraneio” à beira-mar dos gaúchos, do início do século XX, desde os anos 2000, as segundas residências não ficam mais totalmente fechadas e desocupadas durante cerca de três quartos do ano. E se, por um lado, os centros comerciais, cada vez mais, não abrem apenas durante os meses de dezembro a março; por outro, os grupos que reuniam os “amigos de cada praia”, suas associações e clubes que movimentavam o lazer, os esportes e os eventos festivos apenas no verão, como padrão de sociabilidade de uma época, vêm se extinguindo um por um.

2 Território, turismo e o olhar dos residentes

O arcabouço conceitual importa tanto quanto o metodológico para que uma pesquisa se construa em fundações sólidas e não se torne rasa ou anedótica. Turismo, território e desenvolvimento locorregional têm pontos em comum: são conceitos complexos, dinâmicos e polissêmicos, sem uma definição consensual única; eles são utilizados em ciências sociais aplicadas pelo enfoque de diversas disciplinas – geografia, economia, sociologia, antropologia, administração, entre outras –; e só podem ser considerados úteis se centralizarem os seus objetivos na qualidade de vida e na dignidade das pessoas.

Portanto, como fios, os três conceitos podem ser tecidos juntos, em uma trama enriquecedora do referencial teórico desta pesquisa, que tem como protagonistas várias categorias de atores sociais em conflito, dentre eles os residentes de Imbé, com suas representações, suas concepções e seus interesses quanto às transformações territoriais cotidianas de seu entorno. Ainda que os residentes não sejam considerados os protagonistas do turismo (Costa; Rocha, 2023), pois esse só existe onde há turistas, a influência das transformações causadas pela atividade turística é sentida por eles com intensidade maior do que pelos demais atores – gestores governamentais, políticos, empresários, trabalhadores do turismo e os próprios turistas.

Este estudo constrói e enquadra essa tapeçaria de noções, conceitos, abordagens e domínios pré-definidos, que serão utilizados para apoiar a análise socioespacial do turismo, na perspectiva de residentes do local. A primeira seção apresenta a abordagem territorial do desenvolvimento, a segunda dedica-se a justificar a escolha do território como categoria geográfica funcional para o estudo; e a última aborda conceitos centrais à identidade territorial

e sua inteligência coletiva, assim como se propõe a esclarecer a inter-relação e as distinções entre pertencimento e territorialidades aplicáveis a anfitriões e a turistas, especialmente em áreas litorâneas onde o fenômeno de turismo de segundas residências é dominante.

2.1 Abordagem territorial e o conceito de desenvolvimento

Theis (2019) pondera que a falta de desenvolvimento, bem como o desenvolvimento desigual, errôneo, desqualificado ou incompleto impulsionam a necessidade de estudar e de planejar o desenvolvimento. O encanto desse esforço engloba o reconhecimento de que, mesmo articulado aos contextos “de fora”, o processo de desenvolvimento, em todos os seus aspectos e suas consequências, nunca poderá ser completamente orquestrado por mente externa a ele.

Ideias são, ao mesmo tempo, criadoras e criaturas de crenças do seu tempo. Uma nova noção de progresso pós-sociedade global e informacional inclui a ênfase no desenvolvimento humano ao paradigma territorial de desenvolvimento, garantindo oportunidades e direitos para que as pessoas desenvolvam suas capacidades e potencialidades. Esse desenvolvimento das pessoas inclui o desenvolvimento voltado para as pessoas e realizado pelas pessoas, com indivíduos exercendo tanto o papel de atores, como de beneficiários do desenvolvimento, por meio da distribuição equitativa de riquezas e da participação ativa em suas comunidades. O ser humano volta a ser central ao conceito de desenvolvimento de um povo, com um retorno aos ideais de tempos anteriores à supremacia das máquinas (Favareto, 2006; Sen, 2010; Zaoual, 2009, 2010; Zapata, 2011).

Favareto (2006) denuncia a vulgarização do termo desenvolvimento, esvaziado de sentido pelo seu uso em campos de conhecimento diversos, ou como figura meramente retórica, e mesmo por sua prolífera adjetivação. Por sua vez, Souza (2013) contesta de forma correlata o uso da categoria território, como modismo teórico, pois o seu uso excessivo a esvaziaria de sentido, sob o risco de arrependimento da escolha, ao se revelar, em retrospecto, a sua inadequação. Tendo em vista as advertências de Favareto (2006) e de Souza (2013), durante o percurso desta pesquisa, importa não prescindir de um posicionamento claro sobre a corrente analítica escolhida e sua capacidade para colaborar na resposta à pergunta-chave.

Nesse sentido, adota-se a posição, bem-resumida por Saquet (2008, p. 74), como uma “abordagem histórica, cultural, multidimensional híbrida de território e territorialidade”, um entendimento que leva em consideração o caráter material e imaterial do território em unidade,

ou seja, das características geográficas associadas às suas dimensões “econômica-política-cultural-naturais”.

A dimensão econômica contempla o trabalho e a necessidade humana de subsistência, bem como a produção, a circulação e o consumo de bens, serviços e impostos. A dimensão política, que se refere às projeções de poder no espaço, procura perceber conflitos, assimetrias, simetrias e consensos entre aqueles que disputam o território, além de seus porquês e de como isso se dá. A dimensão cultural concerne aos símbolos, aos pensamentos, aos comportamentos e às identidades socialmente construídas. E a dimensão da natureza, interior e exterior ao homem como ser biológico – não do que ela é, e sim do que se faz dela –, consiste em representações e transformações.

Abordar, assim, o desenvolvimento a partir do território permite uma análise multidimensional, pluridisciplinar, interescalar e englobante do dispositivo local ao contexto externo. E, também, uma análise da realidade tecnológica das informações estruturais sobre arranjos de grupos de pessoas e instituições perante as normas e os limites da realidade de certo tempo e espaço.

Por sua vez, a abordagem territorial do desenvolvimento vem sendo utilizada com frequência, desde o início do século XXI, em estudos acadêmicos e no planejamento público. Sua potência integradora, que permite compreender, simultaneamente, várias facetas e dimensões do desenvolvimento – social, cultural, ambiental, política, humana –, expande a tradução exclusiva do desenvolvimento apenas em termos de indicadores de crescimento econômico. Outra particularidade útil da abordagem territorial é a de considerar o desenvolvimento como um processo em movimento permanente, e não como um nível definido a ser alcançado. Ao contrário, permite várias definições e redefinições de objetivos a partir de demandas, de necessidades e de capacidade particular de organização de atores interessados nesse desenvolvimento (Alcântara Filho; Silva; Silva, 2018; Favareto, 2006; Mauro *et al.*, 2018).

A abordagem territorial é, até aqui, uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, algo que incorpora tanto as condições geográficas – sejam naturais, sejam de ambientes antropicamente construídos –, quanto as condições sociais que nelas se assentam. Enfoca a cultura e a história como elementos fundamentais que apoiam a construção das estruturas sociais do território, sem negligenciar dimensões econômicas, ambientais e político-institucionais, uma vez que estas influenciam a mobilização de recursos físicos e humanos capazes de fomentar processos de desenvolvimento, com o potencial de gerar

melhoria na qualidade de vida de populações locais (Alcântara Filho; Silva; Silva, 2018; Gastal; Moesch, 2007; Mauro *et al.*, 2018).

Seriam vácuos tanto o território quanto o desenvolvimento se esvaziados das ações humanas cotidianas, de seus conflitos de interesses e de seus arranjos mutáveis. Esses arranjos, dispostos em tramas sobrepostas com seus pontos e fluxos, suas redes, suas ligações e seus nós, traduzem estruturalmente o tecido geográfico, o político e o socioeconômico (Raffestin, 1993). Enfim, mesmo que a escolha da escala adequada para tratar cada problema represente um dilema, é possível resolver por essa lente três problemas medulares ao pensar e ao promover o desenvolvimento: onde, quando e para quem ele se destina (Favareto, 2006).

Por desenvolvimento territorial, entende-se, portanto, a transformação de territórios, seja por reforço, seja por reinvenção de seus usos econômicos e políticos, como também pela intervenção de atores locorregionais, em interação com as demais escalas de poder e gestão. O desenvolvimento territorial ocorre quando esses atores se reconhecem como parte de uma comunidade ou de uma sociedade na qual são capazes de projetar suas ações e de desenvolver suas próprias potencialidades de vida, em que a referência comum seja seu território (Rambo; Filippi, 2014). Ou, como resume Zapata ([2011], p. 2), deve ser um processo realizado a partir das pessoas, para as pessoas e pelas pessoas:

[O desenvolvimento] deve ser pelas pessoas, tendo as pessoas como sujeitos do processo: “das pessoas” quer dizer oportunizar para que possam emergir suas potencialidades e capacidades; e “para as pessoas” significa que a finalidade precípua do desenvolvimento é beneficiar as pessoas, criar qualidade de vida e de realização humana.

Boisier *et al.* (1995) acrescentam que o conceito de desenvolvimento territorial pode ser oposto ao de anomia social, pois se refere à organização coletiva de atores locais em função da capacidade de ação; além disso, esses processos estruturais de mudanças socioeconômicas podem ser delimitados geograficamente, em expressões tanto microlocalizadas como mesolocalizadas. Essa reflexão, cujas expressões espaciais poderiam ser traduzidas no Brasil, respectivamente, por distritos (cada um gerenciado, geralmente, por sua subprefeitura) e por municipalidades (com suas prefeituras), e como aglomerados populacionais maiores e regiões, justifica o pensamento que passou a considerar a possibilidade de análise desses recortes associados ao território, que classicamente era a categoria utilizada para análises de Estados-nação e suas fronteiras. Em paralelo, discutem que o tríplice objetivo do desenvolvimento seria o de aperfeiçoar o território como sistema físico-social interativo e articulado ao seu contexto,

aperfeiçoar a sociedade e, ainda, oferecer oportunidades de autodesenvolvimento para cada indivíduo que habita esse território e que pertence a essa sociedade (Boisier *et al.*, 1995).

Há quem prefira modelos determinísticos, fechados e reducionistas, ao passo que existem aqueles que apontam para construções autônomas de cada sociedade e que se incomodam com fórmulas prontas para soluções ao desenvolvimento. Para esses últimos, a abordagem territorial do desenvolvimento tem o potencial de acrescentar uma visão do ser coletivo, tornado concreto, pelo lugar de vida e pelo trabalho em comum, assim como torna visíveis os conflitos em torno do poder, por meio da disputa por recursos e por posições sociais de influência. Mesmo que não ensine, por si mesma, como construir o desenvolvimento territorial, essa abordagem tem por mérito assumir que não existem fórmulas prontas que possam ser úteis a toda e a qualquer sociedade, em seus espaços-tempo distintos.

Se a abordagem territorial do desenvolvimento é, portanto, uma visão integradora de espaços, de atores sociais, de mercados e de políticas públicas de intervenção que incorpora tanto as condições geográficas quanto o contexto social em que estas se assentam, a eleição dessa abordagem geográfica como lente para aproximação ao estudo do turismo torna-se apropriada. E, ao se falar de desenvolvimento territorial associado ao turismo, como prática socioespacial, e das distintas instâncias interativas do território como perspectiva integradora para sua reflexão, torna-se coerente retornar à discussão do que é território, uma categoria geográfica com diferentes vertentes de entendimento.

2.2 Território, uma categoria política e funcional

Se não existe espaço vazio, não existem, da mesma forma, territórios e lugares sem histórias, cargas de significados e marcas criadas ao longo do tempo. A carga cultural pode ser herdada, mas não contém todas as respostas para o devir e, portanto, não sinaliza um caminho único a seguir. Desse modo, em complexas relações entre si e com o seu mundo, seres humanos formulam ideias, que se desdobram em outras ideias, tecendo um futuro dinâmico.

Existe mérito em estudar a influência da geografia local e comparar fatores dicotômicos de distinção, no desenvolvimento das sociedades, desde que essas interpretações não sirvam apenas para reforçar estereótipos étnicos e culturais simplórios, senão perigosos, uma vez que excluem da avaliação o contexto e a complexidade de interação entre fatores geográficos, históricos e humanos. Uma sociedade não deve ser resumida ao fato de ser posicionada no

Hemisfério Norte ou no Sul, por ser anglófona ou francófona, ou mesmo por ter sido colônia portuguesa ou espanhola em seu passado.

Os recortes do espaço geográfico, utilizados como ferramentas conceituais, não aceitam uma lógica disjuntiva, não podendo ser utilizados, estreitamente, em uma compreensão fechada. Evita-se, no mais, adotar uma visão panorâmica, ao saber, contudo, que mesmo quando uma categoria espacial dá foco a uma certa dimensão do espaço, os demais aspectos – que se desfocam sob a visão macro, aberta para detalhar um aspecto maior da pesquisa em primeiro plano – não deixam de existir (Haesbaert, 2014; Suertegaray, 2001).

Assim, é fundamental conhecer o sistema das categorias espaciais – suas singularidades e a forma como devem ser tratadas em relação ao território. Haesbaert (2014) destaca, nesse sentido, o aspecto interrelacional das categorias geográficas: os conceitos, não só não podem ser tratados isoladamente, como nunca constituem unidades homogêneas; sempre são múltiplos, tanto no sentido interno, com seus elementos, suas sobreposições e sua flexibilidade em torno de uma problemática ou foco central, quanto no sentido externo, na relação com outros conceitos, dentro de uma constelação ou de um sistema mais amplo, permanecendo sempre abertos, portanto, à novas conexões potencialmente realizáveis.

Em outro ponto, Haesbaert (2014) adverte que os problemas de pesquisa devem ser sempre o ponto de partida da escolha, do uso e da renovação conceitual. E reforça a característica de conjunto, na medida em que propõe, para facilitar o nosso entendimento, a imagem de “uma constelação ou sistema de conceitos que, mergulhados na categoria espaço, se ordenam e se reordenam constantemente” (Haesbaert, 2014, p. 32). Sua metáfora galáctica compreende um “sistema” de planetas (território, ambiente, paisagem, lugar), como algo que se estabelece em torno de uma “estrela” central (o espaço-tempo geográfico), num jogo circular de conceitos em torno de processos de regionalização.

A partir dos conceitos de Suertegaray (2001) e Haesbaert (2014), é preciso considerar o território como categoria geográfica operacional distinta de outras, por representar a projeção do poder no espaço, enquanto, por outro lado, o espaço geográfico não representa o seu sinônimo; sendo identificada como uma categoria-síntese de todas as demais. Entretanto, mesmo que o território não seja o conjunto de todas as categorias, e sim reconhecido como espaço concebido e delimitado, a partir das relações do poder e conflitos, nele, as demais dimensões tratadas pela geografia não se anulam; na verdade, permanecem como reflexos que enriquecem a cor de fundo. A percepção de suas dimensões extrapolíticas, nas interferências da projeção de poder durante a conformação do espaço, como as tratadas no ambiente e na

paisagem, portanto, se soma a de outros recortes geográficos possíveis, e cada uma dessas categorias-irmãs incorpora uma ênfase: na articulação de informação, atores e agências (rede); nos substratos materiais, econômicos ou demográficos em comum (região); e nas questões identitárias e vividas no cotidiano específico (lugar).

A partir de um retorno ao pensamento de Suertegaray (2001), é possível complementar a ideia, ao dizer que as categorias espaciais não têm sentido pelo uso simultâneo, mas como um sistema de ideias não hierárquico. A autora observa que recortar o espaço geográfico em categoriais não tem a função de desarticular o conhecimento, e sim a de operacionalizar a possibilidade de diferentes leituras e análises, sem esquecer que a dimensão predominante de cada categoria está expressa também nas demais: se, de um lado, o trabalho intelectual recorta o espaço geográfico, de outro, existe a crença de que esses recortes poderão mais unir o discurso geográfico do que separar. Isso porque: “embora cada conceito-chave seja capaz de enfatizar uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico, nenhum deles prescinde das determinações expressas em uns e em outros” (Suertegaray, 2001, p. 8).

Por exemplo, enquanto a paisagem é estática e remete ao momento da percepção do espaço pelos sentidos, de como ele é percebido em termos culturais-estéticos, simbólicos ou econômicos, o ambiente é dinâmico, isto é, inclui a transfiguração da natureza e sua relação com a sobrevivência dos seres vivos. Não é possível conceber a representação do ambiente sem pensar em paisagem, tampouco pensar em paisagem sem considerar o ambiente.

Na distinção teórica, cada categoria geográfica torna-se funcional ao referenciar o conjunto das demais categorias e suas diferentes ênfases. Todavia, se o senso comum muitas vezes as utiliza como substantivos equivalentes, o uso acadêmico para Suertegaray (2001) e Haesbaert (2014), geógrafos reconhecidos, não é substitutivo. Ambos tomam o espaço geográfico por uma categoria-mater e difusa do substrato espacial, que engloba todas as outras, relacionada também às instâncias de tempo passado/presente ou ao que virá. O que se propõe é um modelo visual explicativo, que mostra as categorias espaciais como uma composição segmentar de um disco do espectro visível. Na observação desse disco, ao girar, como no experimento newtoniano clássico, as categorias se misturariam de forma homogênea, criando a representação de um espaço geográfico complexo – ao mesmo tempo, um cristal único e multifacetado (Suertegaray, 2001).

Por sua vez, não se pode confundir o conceito geográfico de território com a coisa (fenômeno ou problema em estudo) em si, ressalta Haesbaert (2014). O território é uma representação; e como toda abstração que pretende recriar o objeto em outras bases, que

permitam ler a sua realidade, ele é falível, mutável e sujeito à diversas leituras e reconstruções. Ciente de que o pensamento humano é diverso, não surpreende que vários autores concebam as suas próprias definições de território, ao valorizarem mais esses ou aqueles aspectos de uma noção complexa. Há que se considerar, porém, que o território não é um quadro em branco, que aceita passivamente qualquer escrita.

Uma primeira ideia elementar sobre território, que vigorou de forma hegemônica até o século XX, baseava-se, exclusivamente, na materialidade e na posse (ou disputa) de recursos materiais do patrimônio territorial, recursos esses físicos-naturais ou populacionais, no contexto estratégico-militar histórico e da formação dos Estados-nação e de suas fronteiras. No entanto, em virtude das várias dimensões da noção ampla de território e das possibilidades de sua interpretação, essa não é a única concepção atual, até mesmo porque, se o que interessa na pesquisa sociológica é a transformação social, “os limites, políticos e administrativos, são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos os são bem menos, pois são mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças e conjunturas” (Raffestin, 1993, p. 155).

Raffestin (1993) progride além dessa noção para um segundo olhar em profundidade, ao destacar a problemática do exercício do poder através do território, que é permeado pelo labor humano. Para o autor, o território se forma como resultado da ação de atores sociais, a partir e sobre o espaço, que, assim, territorializam este espaço de modo simbólico ou concreto. Em sua perspectiva, o território é: “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Raffestin, 1993, p. 144). Seu esforço teórico acrescenta que a criação do território é um processo de apropriação e de dominação do espaço, o que inclui os modos de produção e as diversidades das sociedades que ele engloba, ressaltando que cada sociedade produz o seu próprio espaço.

O poder, seja ele explícito, na forma de governo estabelecido, seja ele implícito, imaginário e informal, é intangível e onipresente, todavia não é onipotente: o poder só pode ser exercido por meio de um território. Há que se considerar, contudo, que entender o espaço territorializado pelo exercício de poder não significa vê-lo como destituído de materialidade, nem sequer voltar as costas à cultura e à economia. Cultura, economia, ambiente, entre outras das múltiplas facetas do espaço social, são distinguíveis no território, mas não são separáveis (Souza, 2013).

Quanto à relação entre território e substrato material, cabe adicionar que ela não é biunívoca. É possível que a fonte de poder deixe de existir ou que se transforme, uma vez que os limites e as fronteiras de um território são invisíveis e móveis, sem significar o desaparecimento

do substrato espacial e material correspondente. De forma reversa, passível de conjectura no plano simbólico, a existência de territórios apenas imaginados, sem qualquer substrato espacial concreto, não tem paralelo na impossibilidade teórica do fato que um território exista sem substrato material e ocupação humana, ainda que simbólica (Souza, 2013). O território pode ser considerado como meio, funcional, pelo seu papel material como recurso à subsistência e ao desenvolvimento, ou, então, um fim por ele mesmo, um abrigo simbólico do lar que dá guarida à identidade de um povo e que permite a sobrevivência do seu cosmos de imagens e representações próprias, bem como de sua reprodução cultural (Haesbaert, 2014).

No pensamento de Santos (1998), o território usado é sinônimo de espaço habitado e humano, composto por objetos e por ações, cada vez mais fluidos do que fixos, e de lugares contíguos (as horizontalidades) e ligados em rede (as verticalidades) por toda sorte de processos e de formas sociais. Nesse território, ainda que, simultaneamente, assumam funções e usos diferentes, os mesmos pontos compõem o espaço de todos (o espaço banal).

Segundo a tríade que sustenta a concepção de espaço, em uma vertente fenomenológica, tanto individual como coletiva, o espaço vivido (*le vécu*) é o espaço em que se assentam os laços humanos e sociais, ou seja, o espaço de seus usuários, os habitantes, assim como daqueles que o descrevem ou que acreditam o descrever (Lefebvre, 1991). O conjunto de elementos completa-se com os espaços concebido (*le conçu*) e percebido (*le perçu*), que correspondem às tentativas de planejamento racional e às representações e leituras simbólicas dessa vivência, a priori utilizada na argumentação acerca da produção e da reprodução do sistema capitalista.

Para Gomes (1996), o espaço vivido deve ser compreendido como espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circularam nesse espaço, mas também vivido pelo pesquisador, que, para interpretar, precisa penetrar completamente esse ambiente. A ele é central, não apenas a proximidade física do território investigado, como também a empatia com o espaço que estuda, possibilitando a inteligibilidade do sentimento de pertencimento vivido pela comunidade que ali se estabelece.

A ciência geográfica, definida pelo viés do espaço vivido, não tenta criar leis nem observar regularidades generalizadoras. Seu ponto de partida é, ao contrário, a singularidade e individualidade dos espaços estudados. Ela também não procura avançar resultados prospectivos ou normativos, como as ciências ditas racionalistas. Seu objetivo principal é fornecer um quadro interpretativo às realidades vividas espacialmente. A objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível de diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço (Gomes, 1996, p. 320).

Tendo em vista o acréscimo da dimensão simbólica do território, que também é *locus* de experiências vividas e percebidas, e da importância para a sua própria existência da apropriação

pelo uso e pela produção social, conceituar o território de modo estritamente material se torna questionável e contraposto à visão antropológica de um território vivido. Essa terceira via caracteriza-se pela concepção do território como processo indissociável da prática de grupos sociais, e, mais, multiescalar e híbrido, em elementos tangíveis e intangíveis, sem predominância determinada. O território passa a ser entendido como uma fração do espaço historicamente construído por meio das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam em âmbito espacial apropriado a partir de relações de poder sustentadas por motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, de instituições ou de indivíduos (Pecqueur, 2005; Rambo; Filippi, 2014). Por meio dessas inter-relações humanas é possível perceber as projeções de poder, no entremeio das condições materiais da vida, sendo, enfim, plausível afirmar que só existe território quando nele existe gente, bem como o entendimento de que o território “vazio” é uma construção de invisibilidade das populações nativas daquele território, que o disputam com novos atores interessados em sua posse.

Saquet (2008), nessa corrente, sugere pensar o território pela especificidade de um espaço ocupado (por pessoa, sociedade, empresa ou Estado), uma vez que é produzido pela ação coletiva humana e que é condição para a reprodução social e do campo de poder que o envolve. Sintetiza, ainda, que território é uma construção social, histórica e relacional vinculada aos processos de apropriação e dominação, tanto do espaço quanto das pessoas que nele vivem. E que, na sua compreensão, a territorialidade corresponde ao poder exercido, o que extrapola as relações políticas, envolvendo relações econômicas e culturais, mesmo que cotidianas ou temporárias. Para o autor: “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre [...] as dimensões de economia-política-cultura-natureza” (Saquet, 2008, p. 74). Portanto, o território qualifica o social; é como um campo de força projetado no espaço pelas relações sociais do poder.

Já é possível, pois, formular uma aproximação abrangente de que o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social: campo de poder que envolve edificações e relações sociais historicamente determinadas, ou seja, uma produção do exercício de poder de determinado grupo ou classe social e de suas respectivas territorialidades cotidianas que ele mesmo ajuda a reproduzir (Saquet, 2008; Souza, 2013). Entretanto, o território não pertence às pessoas ou a grupos; são estes que pertencem ao território. A materialidade concreta do território conta como trunfo na prática, seja na forma de recursos ativos, seja na

forma de recursos potenciais. É um sistema de atores enraizando no substrato material dinâmico (Pecqueur, 2005).

Souza (2013) advoga que territórios são antes relações sociais (projetadas no espaço) do que espaços concretos (em que relações de poder espacialmente delimitadas operam sobre um substrato referencial); são campos de força, que só existem enquanto existirem as relações sociais das quais são o reflexo. O poder pode ser heterônomo, com suas assimetrias, seus conflitos e seus fenômenos de dominação, ou autônomo, mais simétrico, livre de coerção e estabelecido por consenso. Contudo, todo poder sempre vai se referir a um contrapoder, a algum grau de resistência. Por consequência, o poder depende do consentimento social para continuar existindo. Sem parte substancial da sociedade para suportá-lo, o território é fadado a se desintegrar e, pouco a pouco, a criar outros territórios e territorialidades. Nessa lente integralizadora das demais, o território é um recorte do espaço geográfico relacional, uma categoria que reúne natureza e cultura, definido por e a partir de poder e submissão ao poder – apropriação, controle e uso –, em termos político-institucionais, socioeconômicos, culturais e simbólicos (Porto-Gonçalves, 2002).

A principal fraqueza das antigas concepções de território residia na redução do seu sentido de poder, na naturalização das ideias de fronteiras e na regulação do acesso a uma função apenas do poder estatal estabelecido, ignorando outras manifestações de poder espacialmente existentes, inclusive o poder popular. Por sua vez, os críticos aos novos conceitos de territórios os interpretam como obsoletos à luz dos conceitos de redes e de globalização, sendo mistificador ou redutor, uma vez que sua delimitação espacial obrigatória pode deixar imperceptíveis os macroproblemas sociais e econômicos. Em um processo dialético, a ancoragem da produção no local contrapõe-se ao desenraizamento planetário, em que o próprio território se torna produto à venda. É ambíguo que o território se torne mais importante no processo de globalização, tendo em vista os processos de desterritorialização forçados em que cada vez mais a humanidade se vê separada do “seu espaço” (Haesbaert, 2014; Souza, 2002, 2013).

Outra vertente opositora denuncia a apropriação do espaço pelo capital como obstáculo ao uso da categoria território. Uma nova valorização do solo como mercadoria, embora essencial ao sistema capitalista, não destoa da valorização da incorporação do trabalho ao espaço, mesmo que de modo contraditório. Reconhecendo que nenhum modelo pode explicar tudo, avalia-se o conceito de território como integrador, considerando a possibilidade multiescalar de expressar que a produção é capaz de abranger a mobilidade de relações sociais, integrada ao papel do trabalho, mesmo que a maioria dos trabalhadores se sujeite a imprimir o seu trabalho em

espaços em posse de terceiros, dos quais passa a depender a sua sobrevivência (Pecqueur, 2005; Souza, 2013). A crítica mais contundente ao uso da categoria território em pesquisas é, contudo, baseada nos seus adeptos, e não nos seus oponentes. São acusados de ímpeto excessivo, ao adotarem, por modismo teórico, o território como se fosse um instrumental de aplicabilidade generalizada, de sorte que esse sobreuso não ampliaria a sua capacidade explicativa; ao contrário, levaria ao esvaziamento do conceito (Souza, 2013).

Em face dessa discussão conceitual, optou-se pela linha de pensamento que recorre a uma noção mais integradora do território, e não por aquelas em que a propensão estratégico-político ou a propensão político-econômico são majoritárias. Essa corrente adere à análise socioespacial e cultural pretendida, uma vez que, para tal, o território consiste na combinação de estruturas naturais e produzidas – uma construção social, histórica, econômica, política, cultural e simbólica (Haesbaert, 2014).

Em síntese, acredita-se que, ao conformar o território como uno e múltiplo, concreto e simbólico, é possível utilizá-lo como conceito fundamental para o escrutínio de processos de desenvolvimento turístico, nos quais o território não pode ser concebido como palco inerte para atividades humanas, e sim como um produto da construção humana no espaço. Porção do espaço esta que, aliás, ao ganhar valor pela ação do homem, participa da transformação social ao oferecer abrigo, recursos e sistemas de distribuição de resultados; que participa da construção de seu lastro identitário; e mais, que participa como mote e objetivo final de suas disputas, dando-lhe forma segundo princípios de participação, cooperação, preservação cultural e ambiental e outros que atendam a seus interesses de sobrevivência e de reprodução social (Haesbaert, 2014; Saquet, 2008). Logo, grande parte das objeções pertinentes ao uso da abordagem territorial, do território e das territorialidades como categorias analíticas é relacionada à ausência dessa escolha e de sua descrição metodológica (Haesbaert, 2014).

Uma combinação de perspectivas permite, pois, entender o território como um espaço vivido, e este como o território usado como abrigo e como potência, conjugando os substratos de sobrevivência e das experiências humanas em suas materialidades e subjetividades. O território usado e habitado é vivido e é multidimensional, ao mesmo tempo que consiste em um produto de relações de poder e de controle (Raffestin, 1993), em um campo de lutas pelo direito de uso do espaço (Santos, 1998) e em uma construção social dinâmica que contempla as ações do cotidiano (Lefebvre, 1991). Entendê-lo menos com uma perspectiva determinista e evolucionista estreita, transmutada em argumento de dominação, de beligerâncias ou de políticas expansionistas em busca de mais recursos e mais com uma visão multifacetada, em que

as dimensões materiais, sociais e políticas do território estão em constante interação, é defini-lo como fazem as comunidades que constroem, valorizam, apropriam-se e transformam o próprio território. A próxima seção dedica-se a esclarecer a relação entre os conceitos de território e territorialidade, consonante ao paradigma teórico adotado.

2.3 Identidade territorial, territorialidades e espaços vitais

Tendo em vista o rol de possibilidades conceituais e de arranjos entre elas, o principal cuidado quando se utilizam os conceitos de território e territorialidades em pesquisa é o de esclarecer a qual relação entre eles refere-se o paradigma adotado. É recorrente aqui a noção de que o território guarde um duplo propósito: como meio, funcional, pelo seu papel material como recurso à subsistência e ao desenvolvimento; e como um fim por ele mesmo, um abrigo simbólico do lar, que dá guarida à identidade de um povo e que permite tanto a sua sobrevivência quanto a sua reprodução (Haesbaert, 2014).

Desse raciocínio provém a ideia de identidade territorial que prevê que as características específicas de nações, regiões, cidades ou locais são introjetadas como elementos constitutivos das identidades das pessoas que lá vivem. Já as territorialidades – em vários conjuntos existentes de características econômicas, políticas, culturais do modo de se viver –, são em um movimento contínuo e dialético, de desterritorialização e de reterritorialização, simultaneamente, condicionantes, caracterizadoras e resultantes do processo de formação do território. Desse modo, identidades territoriais são imbricadas às territorialidades e, juntas, podem ser lidas em diversas escalas e em processos permanentes de desconstrução e de renovação dos territórios, que traduzem as relações de poder projetadas no espaço.

Destaca-se a definição pela tradição americana de que as territorialidades são fenômenos de organização espacial; nesse caso, associados às esferas de influência ou aos territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos por seus ocupantes ou por aqueles que os descrevem (Haesbaert, 2014). Já em termos europeus, Raffestin (1993, p. 158, p. 161) afirma que a territorialidade “reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade”, e ainda que “a territorialidade se inscreve no quadro de produção, troca e consumo das coisas”, uma vez que relações de produção ou existenciais são, em essência, relações de poder. Esse teórico prevê que a territorialidade seria tríplice elementar, sendo composta pelos sentidos de identidade espacial e de exclusividade, bem como pela compartimentação da interação humana no espaço que a conforma (Raffestin, 1993).

Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disfunções, rupturas e distanciamentos, que os indivíduos e grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder (Raffestin, 1993, p. 161-162).

Além disso, a territorialidade pode ser compreendida como um conjunto de relações que emergem de um sistema tridimensional (sociedade, espaço e tempo) orientado para alcançar o máximo possível de autonomia, dentro dos limites dos recursos disponíveis nesse sistema. A relação de alteridade, do que o território inclui ou exclui, parece ser o mais importante, pois pouco importa onde se está – afinal, todos os locais são locais de referência –; o que interessa é saber onde se situa o outro. Mais significativo é, contudo, conhecer as rupturas e os distanciamentos entre indivíduos e grupos que contribuem para o ordenamento do território: descobrir novos recortes e conexões, seguindo indicações de prioridade dadas pelos agentes às suas diversas ações e aos seus mais diferentes propósitos, pois é isso que produz o sistema territorial (Raffestin, 2008; Saquet, 2008).

A perspectiva da territorialidade é complementada pela evolução dos meios de deslocamento e comunicações, que impulsionam o fato de que indivíduos exibem um característico multipertencimento territorial. E isso não apenas mais numa escalada em que cada degrau corresponde a um nível precedente de espaço: de sua família, de uma comunidade e de uma nação, isto é, no sentido de uma sobreposição hierárquica de escalas. Agora, além dessa possibilidade pluriescalar imbricada e justaposta, existe o fenômeno de espacialidade diferencial, característica da multiterritorialidade descontínua, em que é possível, simultaneamente, viver e exercer a agência em espaços diferentes, como os espaços físico e virtual, o local e o internacional. De forma análoga, a um mesmo indivíduo é permitido que ele participe de territorialidades diferentes. Haesbaert (2014, p. 64) resume que:

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural [...].

Se, em geral, as territorialidades são plurais, há, contudo, a possibilidade de que duas ou mais territorialidades possam se amalgamar, num processo de assimilação intercultural. Haesbaert (2014) diferencia dois “tipos ideais” de referências para investigação do território/das territorialidades: um mais “funcional”, em que prevalece seu entendimento como recurso, “o

ter” ou “não ter”; e outro mais “simbólico”, em que seu valor como identidade é o principal, “o ser”, ou, na ausência do território, o “desaparecer”. Ressalta-se, contudo, que esses tipos não se apresentam de forma isolada ou em estado puro; ao contrário, configuram dois polos de um contínuo que vai da funcionalidade ao simbolismo. Para o autor, não existe sequer consonância entre o *quantum* de recursos materiais e o apego à funcionalidade do território; pelo contrário, muitas vezes “aqueles que estão mais destituídos de recursos materiais que (se apegam mais) a identidades territoriais” (Haesbaert, 2014, p. 61).

Para Zaoual (2010, p. 24), de forma análoga, a complexidade de motivações e de realizações humanas faz parte de um sistema complexo de valores que é indivisível, em que “o território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido, antes de tudo, como uma realidade viva”; e, além disso, que “os comportamentos dos indivíduos estão em permanente interação como o campo invisível que é o sítio. É ele quem os estabiliza no caos da ordem social”. Zaoual (2006, 2009) reage ao embate dicotômico entre economia e sociologia, individualismo e holismo metodológicos, ao propor o *homo situs* – que não é o *homo economicus*, calculista e irreal, ou um *homo sociologicus*, de uma indefinição coletiva que o exima da responsabilidade individual, ao estar indistinto na multidão, herdando, portanto, qualidades de ambos.

Zaoual (2006, 2009) concorda ainda com a abordagem de Sen (2010) quanto à prudência necessária ao transpor a visão econômica utilitarista para outro espaço, o relacional, uma vez que a diversidade e a complexidade de comportamentos, motivações e necessidades para o bem-estar escapam aos modelos econométricos padronizados. Esse enfoque antropocêntrico possibilita analisar o indivíduo inserido em seu contexto social, vinculado ao tempo e ao espaço em que vive e, quando articulado ao conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2014), permite reconhecer como legítimas até mesmo as territorialidades efêmeras, transitórias ou, por que não, turísticas.

Então, é possível perceber que as territorialidades se dispõem no território como malha de camadas imperfeitas e que, tanto podem conviver lado a lado, quanto têm a capacidade de competir ou de se sobrepôr, total ou parcialmente (Raffestin, 1993). Se as territorialidades e os processos contínuos de neoformação do território que lhe dão origem refletem fatores, como mobilidade, transformações e permanências dos indivíduos, bem como relacionamentos e fenômenos sociais, além de processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização, logo podem ser pontos de partida interessantes para a investigação desses fatores (Haesbaert, 2014).

De tal modo, estudar a multiterritorialidade aplicada ao turismo, especialmente quando configurado fora do “trade turístico”, como no turismo de segunda residência, apresenta-se como relevante, pois o que ocorre, muitas vezes, é a identificação e o pertencimento do turista a mais de uma territorialidade. Ou seja, não é apenas a transposição – compactada dentro de uma redoma protetora – das condições próprias da territorialidade original, para observação e ação descompromissada em território que não seja o seu (Brasileiro; Medina; Coriolano, 2012; Haesbaert, 2014). Há que se diferenciar, no caso de avaliação de organizações influentes ou mesmo de grupos de pessoas de alto poder aquisitivo, quanto à multiterritorialidade. Deve ser observado se o que acontece é, na realidade, o pertencimento a mais de uma territorialidade, ou apenas o transporte numa “bolha” das condições próprias da territorialidade original, sem qualquer intenção de compromisso e enraizamento aditivo, o que também é visto nos modelos de exploração turística baseados em resorts internacionais (Graburn, 1989; Haesbaert, 2014).

O turismo é uma atividade humana exercida na sociedade e que envolve pessoas em todas as camadas e em todos os grupos sociais, algo bem mais complexo do que um simples negócio e comércio padronizável. O turismo propicia zonas de contato com seres humanos de culturas diversas – um encontro de mundos que se movem e de pessoas que se envolvem e que ampliam seus espaços de vida. Isso permite a turistas e a anfitriões descobrirem outras realidades, em uma experiência que é mediada, não só por trocas, como também pelos efeitos de demonstração e de comparação. A métrica de satisfação com a vida, percebida por uma pessoa e por seu grupo, com certeza, é influenciada pela percepção das diferenças e da qualidade de vida do outro, e mesmo os percursos individuais são entremeados de percursos e de fluxos coletivos, todos estreitamente ligados à base territorial (Mir, 2021).

As características favoráveis, como a alta mobilidade – o encurtamento de distâncias, a evolução e a acessibilidade de transportes, as informações em tempo real dos locais de destino, a facilidade de compras e o aluguel de imóveis em plataformas digitais, entre outras. Estas características despertam para a dificuldade atual de estabelecer os limites entre o que se estabelece como habitual na noção clássica de migração, em particular, sobre o tempo decorrido entre a mudança de residência, e questionam o que seria a definição atualizada de um domicílio permanente ou não (Cunha, 2011). Ou seja, aquele que fixou residência há um mês seria menos morador do que aquele já estabelecido há mais de um ano?

E, como bem colocam Marandola Junior e Mello (2005) sobre as motivações que levam as pessoas a residirem aqui ou ali, a participação e o comprometimento são a antítese do “deslugar” e de suas consequências negativas de descaracterizar as cidades. Com isso,

diminuindo a ligação, o senso de responsabilidade, o apreço e a mobilização da população em relação a esses espaços, com repercussões negativas na sua identidade e no seu bem-estar. Nessa mesma direção, Cruz (2007) já chamava a atenção para a possibilidade de um “pseudolugar” de construção de lugares fictícios para o turismo, onde pode ser incluído o limbo em que se encontram algumas pessoas que migram, a ponto de culminar em uma confusão de não reconhecerem mais ou de não saberem nomear qual é o seu sítio de pertencimento. E, hoje, vivencia-se o fenômeno antropológico de permanência preferencial de habitantes em não lugares – espaços públicos diametralmente opostos ao espaço pessoal do lar e da residência –, com seus símbolos de acesso e de deslocamento impessoal da supermodernidade (Augé, 2012).

Essa constatação é o que torna possível pensar os aspectos socioespaciais e culturais do turismo e do desenvolvimento, por meio da articulação de elementos essenciais, quais sejam: as relações de poder e as territorialidades construídas. Adicionalmente, apreende-se que “as territorialidades são instituídas por códigos culturais” e que é “no desenrolar da vida cotidiana” que podemos compreender as relações sociais que “dão conteúdo ao espaço geográfico” (Silva, 2007, p. 33).

O estudo do cotidiano e da vizinhança em pequenas cidades é capaz de propiciar uma visão mais próxima do que representam as diferentes dimensões do território, nas ações de vida impressas pelos homens e por suas dinâmicas socioeconômicas. Mas, também, a visão territorial é promissora para a compreensão dos pontos de observação dos quais partem as perspectivas dos residentes de Imbé, sobre aspectos de hospitalidade e dos reflexos do turismo no seu modo de vida.

3 Considerações finais

A partir da análise crítica e multidimensional do turismo, ficou evidente que a atividade turística é algo que não pode ser dissociado dos processos sociais, culturais, políticos e ambientais que compõem a dinâmica territorial local. A pandemia de covid-19 evidenciou transformações aceleradas nas formas de ocupação e de uso do território, bem como nas relações entre residentes e visitantes, revelando que o turismo é tanto vetor de desenvolvimento quanto fonte de tensões e de desafios. A continuidade do fluxo turístico durante a crise sanitária em Imbé/RS, contrastando com o esvaziamento de outros destinos, até mesmo na mesma região, ressaltou a complexidade do fenômeno e a necessidade de compreensão das territorialidades

emergentes como subsídio para avaliação de macrofenômenos em suas peculiaridades e heterogeneias.

A abordagem territorial adotada demonstrou-se eficaz para a leitura do turismo como prática socioespacial entrelaçada à múltiplas escalas e interesses. Ao integrar aspectos materiais e simbólicos da construção do território, essa abordagem permitiu compreender o turismo não apenas como atividade econômica, mas também como força moldadora de identidades, pertencimentos e disputas cotidianas. O conceito de multiterritorialidade, por sua vez, foi essencial para interpretar os modos de vida híbridos e os deslocamentos contemporâneos, especialmente aqueles associados ao turismo de segunda residência, que transita entre o pertencimento e o trânsito, o lar e o refúgio temporário.

O estudo evidenciou ainda, que tanto a escuta quanto o olhar dos residentes são imprescindíveis para pensar políticas públicas mais justas, sustentáveis e coerentes com os contextos locais. Isso porque os impactos do turismo são sentidos de forma desigual entre os diferentes grupos sociais, nesse sentido, a sua aceitação (ou a sua resistência) está profundamente ligada às territorialidades vividas. O envolvimento das comunidades locais na gestão do desenvolvimento turístico é condição necessária para que se produza um turismo que respeite as singularidades territoriais e que promova melhorias reais na qualidade de vida da população residente.

Por fim, compreendeu-se que os desafios enfrentados pelo turismo litorâneo pós-pandemia estão inseridos em um contexto maior de mudanças nos padrões de mobilidade, moradia e lazer da sociedade contemporânea. Tais mudanças demandam a renovação das formas de se pensar o desenvolvimento, rompendo com visões economicistas e centralizadas, para investir em abordagens integradas, críticas e territorialmente situadas. O turismo, quando articulado com os interesses e as vozes dos que vivem o território, pode deixar de ser um fator de desestruturação e vir a ser um catalisador de pertencimento, cidadania e sustentabilidade.

Referências

- ALCÂNTARA FILHO, J. L.; SILVA, M. G.; SILVA, S. P. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: uma análise a partir do território rural baixo Jequitinhonha. **Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/961/681>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2012.

BALDRAIA, A. Para além do veraneio: é necessário estruturar e coordenar as ações e os processos realizados nos municípios que compõem a bacia do Rio Tramandaí. **GZH Online**, Porto Alegre, 3 mar. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2023/03/para-alem-do-veraneio-clerolm29003h016mruut2a1k.html>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BARROS, S. M.; SOUZA, A. S. B. Dinâmicas sociais e turismo: o veraneio contemporâneo no litoral norte do Rio Grande do Sul. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 11., 2023. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/23314>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BERTACCHINI, Y. Entre information & anthropologie: le processus d'intelligence territoriale. **Revue Humanisme & Entreprise: Les Cahiers du Centre d'Études et de Recherches**, Paris, n. 267, p. 1-16, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/37759807_Entre_information_processus_de_communication_l'intelligence_territoriale. Acesso em: 28 jun. 2025.

BITENCOURT, K. **Mudança de hábitos durante o veraneio**. Youtube, 2018. Canal Jornal da Pampa. 1 vídeo [2m52s]. Disponível em: <https://youtu.be/ZdeamYyB-ww>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BOISIER, S. *et al.* **Sociedad Civil, Actores Socielies y desarrollo regional**. Santiago del Chile: ILPES; CEPAL, 1995. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/9bdeba1f-8b45-425e-bed8-43ff264bfc30/content>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BREGOLIN, M.; BORTOLOTTI, J.; FRIZZO, J. A produção científica brasileira sobre inteligência territorial. *In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN TURÍSTICA*, 9; 2022. **Anais [...]**. Valdivia, Chile: Congresso de Investigación Turística, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/OWNQD>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CLAUSSEN, M. R. S. **O processo de urbanização do município de Imbé/RS: dinâmica socioespacial e socioambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70648>. Acesso em: 28 jun. 2025.

COSTA, H. A.; ROCHA, R. R. N. Turismo e território-rede: aproximações teóricas. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 13, n. 1, e02310, 2023. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/4667>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CRUZ, R. C. A. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em:

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

DUMAS, P. Intelligence, Territoire, Décentralisation ou la région à la française. **ISDN**, [s. l.], n. 163, v. 16. 3 p. maio 2004. Disponível em: https://isdm.univ-tln.fr/PDF/isdm16/isdm16a163_dumas.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS (FNEM). **Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FNEM, 2018. Disponível em: <http://fnembrasil.org/rs/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GIRARDOT, Jean-Jacques. Intelligence Territoriale et Participation. **Revue Informations, Savoirs, Décisions, Médiations**, [s. l.], n. 163, v. 16. 2004. Disponível em: <http://isdm.univ-tln.fr>. Acesso em: 28 jun. 2025.

GOMES, P. C. C. O horizonte humanista. In: GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 304-337.

GRABURN, N. Tourism: The Sacred Journey. In: SMITH, V. L. (ed.) **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. p. 21-36.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HERBAUX, P. Les « TIC », un outil d'intelligence territoriale journée nationale « tic et territoire, quels développements. **Journée Nationale TIC et Territoire, Quels Développements ?**, p. 1-6, maio 2004. Disponível em: https://archivesic.ccsd.cnrs.fr/sic_00000983v1/document. Acesso em: 28 jun. 2025.

HERMANN, I.; PARIS, C. M. Digital Nomadism: the nexus of remote working and travel mobility. **Information. Inf Technol Tourism**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 329-334, out. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40558-020-00188-w>. Acesso em: 28 jun. 2025.

IMBÉ. **Resultados preliminares do Censo municipal de Imbé**. Imbé: Secretaria Municipal de Governo, 2022. Disponível em: [https://www.imbe.rs.gov.br/download_anexo/Censo%20-%20Imbe%20\(1\).pdf](https://www.imbe.rs.gov.br/download_anexo/Censo%20-%20Imbe%20(1).pdf). Acesso em: 28 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LOPES, E. B.; RUIZ, T. C. D.; ANJOS, F. A. A ocupação urbana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil, e suas implicações no turismo de segunda residência. **Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 426-441, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3HdPQMKgJfY8h89TNqwMrZn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MARANDOLA JUNIOR, E.; MELLO, L. F. “Lugar” e “espaço de vida”: novos enfoques para o planejamento e a participação? In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. p. 8502-8522. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/25.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MAURO, R. A. *et al.* Dimensões do desenvolvimento territorial e políticas públicas: perspectivas e desafios a partir da Constituição Federal de 1988. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 489-506, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/11514>. Acesso em: 28 jun. 2025.

MIR, M. A. Host community's perception towards socio-cultural impacts of tourism: an anthropological study of host destinations of Kashmir. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, Juiz de Fora, v. 7, p. 1-13, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/32875>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E. C.; SADER, E. **La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 217-256. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101018013328/11porto.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

RAFFESTIN, C. O Território e o Poder. In: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. v. 29. p. 143-185.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. A análise escalar nos estudos das dinâmicas territoriais: considerações a partir de experiências de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84533>. Acesso em: 28 jun. 2025.

RAMOS, A. C. O crescimento populacional no Litoral Norte do Rio Grande do Sul e o desenvolvimento regional: território e enfoque convencional. **Revista Gestão Premium**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 124-142, 2016. Disponível em: <http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/gestao/article/view/51>. Acesso em: 28 jun. 2025.

REIS, M. T. **O Turismo como elemento de ocupação do litoral norte do Rio Grande do Sul: tendências ao turismo permanente**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2015. Disponível em: https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Marcelo%20Reis_0.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

SANTOS, M. O retorno ao território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 17-20.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008. p. 73-94.

SEN, A. **Desenvolvimento com liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 10-37, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2109/1590>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? *In*: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 17-22.
- SOUZA, M. L. Território e (des)territorialização. *In*: SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 77-110.
- STROHAECKER, T. M. **Urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul**: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10086>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, [s.l.], v. 5, n. 79-104, 2001. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, set. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.
- ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: COOPE UFRJ, 2006.
- ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. Tradução Leticia Mel. **Revista de Economia Política Internacional OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/issue/view/2143>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- ZAPATA, T. **Desenvolvimento humano**. [S.l.: s.n., 2011]. Disponível em: <https://www.iadh.org.br/wp-content/uploads/2011/08/Desenvolvimento-humano-Tania-Zapata.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- ZUANAZZI, P.; BARTELS, M. **Estimativas para a população flutuante do Litoral Norte do RS**. Porto Alegre: FEE, 2016. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/relatorios/estimativas-para-populacao-flutuante-do-litoralnorte-do-rs/>. Acesso em: 28 jun. 2025.